

## CAROS COMPANHEIROS

O Sindicato dos Trabalhadores das Salas de Jogos (STSJ) luta juridicamente e há vários anos contra uma ofensiva sem precedentes que desfavorece os trabalhadores. Esta é levada a cabo pelo Concessionário de Jogo Solverde em colaboração com o Turismo de Portugal e do seu serviço de Inspeção de Jogos.

Lembramos que o Turismo de Portugal moveu uma ação em tribunal contra a comissão de gratificações pelo facto desta se recusar a interpretar a Lei da forma que mais agradava ao Concessionário, mesmo estando ferida de ilegalidade e mesmo sendo muito prejudicial aos trabalhadores. Todos estes processos se foram vencendo nos tribunais como se pode verificar na nossa página oficial, onde estão publicadas várias decisões judiciais.

Perante a resistência dos trabalhadores e percebendo que, através da justiça, não era possível vencer, recorreu-se mais uma vez àqueles de quem se vangloria de controlar.

Assim, alguns Sindicatos — não todos — receberam no dia 28 de Setembro uma proposta do Sr. Secretário de Estado do Turismo (que aqui damos a conhecer) sobre a alteração da regra 27 da portaria 1159/90 e da inclusão no direito às gratificações dos funcionários do CCTV, que só têm por missão fiscalizar a segurança de pessoas e bens em toda a área do Casino, não têm qualquer contato com os frequentadores do Jogo e, em muitos casos, auferem um vencimento aproximado do dobro dos funcionários do Jogo, usufruindo também um subsídio de trabalho noturno.

Importa ainda dizer que o prazo dado aos Sindicatos notificados foi de três dias uteis, não respeitando o prazo legal de 30 dias. Além disto, ainda nessa mesma proposta dizia: “depois de ouvidos os Sindicatos”! O que não é verdade.

Assim, este Sindicato viu-se obrigado a, num curto espaço de tempo, fundamentar uma resposta (que aqui damos a conhecer) sobre uma decisão completamente atrapalhada e, contrariando tudo que está contemplado na contratação coletiva.

É este o comportamento de um Estado de direito? É assim que se credibiliza as Instituições? Podem os Cidadãos confiar nos seus representantes? O (STSJ) diz: Nunca serão espeznhados os direitos dos seus concidadãos que um Estado pode dizer que na verdade é um Estado de direito.



Caros Companheiros, o que verdadeiramente está em causa não é uma simples questão de gratificações, mas sim muito mais do que isso! Quem não se recorda da vergonha que constituiu o despedimento coletivo no Casino da Figueira da Foz, com total cumplicidade do serviço de Inspeção de Jogos tutelado pelo Turismo de Portugal e onde foi instalado um clima de terror, sempre debaixo da ameaça? Quem não se recorda dos despedimentos coletivos do Casino Estoril, que ainda não estão resolvidos? Quem não se recorda do recente despedimento coletivo no Casino da Póvoa com a mesma total cumplicidade do Organismo tutelado pelo Turismo de Portugal que permite tudo o que agora quer ver legalmente instituído?

O que realmente o Concessionário de Jogo Solverde quer ver implementado — seguido pelos outros Concessionários — é uma total lei da selva, de forma a poder sacar à sociedade o maior numero de milhões de Euros e, se possível, fazê-lo com meia dúzia de funcionários “tipo faz-tudo”, para que os dividendos a dividir entre si e o Turismo de Portugal sejam o maior possível.

Companheiros! O mundo atravessa a maior crise de desemprego da sua história e Portugal está completamente vulnerável a esta realidade. Será aceitável uma atividade como esta, que provoca tanto estrago na Sociedade, com Casinos de portas escancaradas, ao contrário do que se passa em todo o espaço Europeu, onde não há um eficiente controlo daqueles que em ato de desespero pediram ao Estado que lhes vedasse o acesso aos Casinos, onde não existe um correto controlo relativo ao branqueamento de Capitais que contraria o que as diretivas Comunitárias exigem? Não! O (STSJ) entende que o pretendido pelos Concessionários de Jogo não é aceitável e que os despedimentos coletivos constituem verdadeiros crimes contra a Humanidade.

Os Casinos em Portugal convivem no meio de enorme promiscuidade. Ora vejamos: O serviço de Inspeção de Jogos, com funcionários, que ao contrário dos funcionários do Jogo, auferem bons vencimentos, têm ajudas de custo, são pagos pelo trabalho noturno etc.

Este serviço que deveria ser um organismo independente imparcial e isento está dependente do Turismo de Portugal, a quem deve total obediência.

O Turismo de Portugal por sua vez é parte interessada no negócio, pois divide com os Concessionários o produto gerado por este negócio. O Turismo de Portugal por sua vez depende da Secretaria de Estado do Turismo que é quem nomeia por confiança política os dirigentes do Turismo de Portugal. A Secretaria de Estado do Turismo depende também ela própria do Ministério da Economia.





Assim Companheiros! No meio de toda esta gigantesca teia de promiscuidade, onde fica a transparência? Onde está o Estado de direito? Todos sabemos da importância que as verbas geradas pelos Casinos têm para a Secretaria de Estado do Turismo, mas será que vale tudo? Todo este desrespeito por aqueles que trabalham num ambiente difícil que não é benéfico para a saúde como está cientificamente provado?

Importa dizer que das duas vezes que este Sindicato foi recebido na Secretaria de Estado do Turismo durante este Governo, nunca esteve presente o Sr. Secretário de Estado do Turismo, que nunca manifestou preocupação em conhecer os problemas que afetam o setor, não se disponibilizando para ouvir os Sindicatos. Como é possível vir a correr propor uma alteração desta ordem, dizendo: “Depois de ouvidos os Sindicatos”? Temos todo o direito de exigir comportamentos mais sérios. Nós, os cidadãos, somos a parte mais importante de uma Sociedade.

O (STSJ), com total sentido de responsabilidade e em coerência com a sua conduta, diz o que sempre disse: Estamos totalmente disponíveis para negociar, rever o que for importante rever. Mas só estamos disponíveis para o fazer em sede de contratação coletiva. A defesa do setor e dos seus intérpretes, são para o (STSJ) valores inalienáveis.

Estaremos, como sempre, na linha da frente, na defesa e na denúncia de todos os atropelos levados pela ganância daqueles que apenas visam o lucro.

Pel'a Direção do STSJ.

